



Artigo

Bárbara Davalos de Souza
Gilson Pacola
Carlo Henrique Golin

Recebido: 23 de janeiro de 2026

Revisado: 23 de junho de 2026

Aceito: 23 de junho de 2026

Publicado: 30 de junho de 2026

Entre a inclusão e a invisibilidade: desafios da Educação Física escolar na fronteira Brasil-Bolívia

Resumo

Este estudo teve como objetivo caracterizar documentalmente o cenário da educação inclusiva em escolas urbanas de Corumbá/MS, considerando as especificidades da região de fronteira Brasil-Bolívia e suas interfaces com a Educação Física escolar. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada na análise de dados documentais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação em 2024 e complementados por informações obtidas durante visitas técnicas realizadas em 2025. Os resultados evidenciaram um contexto marcado pela articulação entre deficiência, mobilidade territorial e dinâmicas socioculturais fronteiriças. Destaca-se a existência de processos de invisibilidade estatística relacionados à dificuldade de identificação formal de estudantes em situação de pendularidade e às limitações dos registros institucionais para representar múltiplas formas de pertencimento cultural. Esses fatores repercutem diretamente na Educação Física escolar, transmutando a quadra em um espaço de negociação identitária que tensiona padrões de normalidade corporal e de nacionalidade. Conclui-se que a compreensão da educação inclusiva em contextos fronteiriços demanda abordagens interseccionais capazes de considerar simultaneamente diferentes marcadores sociais, como deficiência, nacionalidade, língua e território, reafirmando o papel da Educação Física como componente curricular estratégico para a superação de barreiras atitudinais e para a promoção da participação de todos os sujeitos na fronteira.

Palavras-chave: educação inclusiva; Educação Física escolar; fronteira; interseccionalidade.

Between inclusion and invisibility: challenges of school Physical Education on the Brazil-Bolivia border

Abstract

This study aimed to documentarily characterize the scenario of inclusive education in urban schools in Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brazil, considering the specificities of the Brazil-Bolivia border region and its connections with school Physical Education. The research adopted a qualitative, descriptive, and exploratory approach, based on documentary data provided by the Municipal Department of Education in 2024 and complemented by information obtained during technical visits conducted in 2025. The results revealed a context marked by the articulation between disability, territorial mobility, and border sociocultural dynamics. The findings highlight processes of statistical invisibility related to the difficulty of formally identifying commuting students and to the limitations of institutional records in representing multiple forms of cultural belonging. These factors directly impact school Physical Education, transforming the sports court into a space of identity negotiation that challenges norms of bodily performance and nationality. It is concluded that understanding inclusive education in border contexts requires intersectional approaches capable of simultaneously considering different social markers, such as disability, nationality, language, and territory, reaffirming the role of Physical Education as a strategic curricular component to overcome attitudinal barriers and promote the participation of all subjects within the border region.

Keywords: inclusive education; school Physical Education; border region; intersectionality.

Introdução

No cotidiano escolar, a aula de Educação Física revela-se um potente território de aprendizado, indo muito além da simples prática esportiva e do lazer. É nesse espaço dinâmico que corpo, mente e relações sociais se encontram e se entrelaçam, tecendo um movimento que não apenas fortalece a saúde, mas que também educa para a cidadania e permite que a cultura se manifeste em seus diversos gestos e expressões (Soares et al., 2012).

Historicamente, entretanto, a Educação Física escolar brasileira esteve vinculada a concepções higienistas, militaristas e esportivizantes, que privilegiavam corpos considerados saudáveis, produtivos e aptos ao desempenho físico. Nesse contexto, estudantes que apresentavam diferenças corporais, sensoriais, cognitivas ou comportamentais frequentemente tiveram sua participação limitada ou foram excluídos das experiências educativas. A valorização de padrões de normalidade e rendimento contribuiu para a construção de práticas pedagógicas seletivas, que reproduziram processos de exclusão presentes na sociedade. Embora as transformações teóricas e pedagógicas ocorridas nas últimas décadas tenham ampliado a compreensão da Educação Física como componente curricular comprometido com a formação humana, cultural e social (Nunes & Rúbio, 2008), persistem desafios relacionados à efetivação de práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade presente nos contextos escolares (Fonseca & Ramos, 2017; Jucá et al., 2025).

Dentro do que preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que defende um ambiente educacional que aspira ser verdadeiramente inclusivo, o movimento global pela inclusão representa uma ação política, cultural, social e pedagógica voltada para garantir o direito de todos os estudantes de compartilharem o mesmo espaço, aprendendo e participando em conjunto, livres de qualquer forma de discriminação. Nessa perspectiva, a Educação Física escolar assume um protagonismo singular. Com seu poder de unir através do jogo e da cooperação, ela pode constituir um importante espaço de interação entre os estudantes. Contudo, ela também carrega o risco de se tornar o inverso, potencializando barreiras atitudinais e dinâmicas de exclusão — um risco de reforçar barreiras atitudinais e processos de exclusão direcionados aos estudantes com deficiência, especialmente quando seus corpos e habilidades são avaliados a partir de padrões de normalidade que sustentam o rótulo de "menos habilitados" frequentemente atribuído a esse público (Souza & Daolio, 2010).

A compreensão contemporânea da inclusão ultrapassa a ideia de garantir acesso apenas a determinados grupos e passa a considerar a diversidade humana em suas múltiplas expressões.

Nessa perspectiva, a inclusão não se restringe à deficiência, mas envolve diferentes marcadores sociais, culturais e territoriais que influenciam as experiências educacionais dos estudantes, exigindo práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento das diferenças e com a participação de todos os sujeitos nos processos educativos (Jucá et al., 2025). Tal compreensão torna-se especialmente relevante em contextos marcados pela diversidade e pela convivência entre diferentes identidades culturais, como ocorre em regiões de fronteira.

Ademais, a fronteira entre Brasil e Bolívia constitui um espaço privilegiado para a compreensão das dinâmicas de inclusão educacional. Fronteiras são muito mais do que linhas traçadas em mapas; são espaços sociais vivos, caracterizados por intensas interações, fluxos populacionais e constantes negociações culturais (Sassen, 2016). Nesses locais de hibridismo e tensão, noções como identidade, pertencimento e acesso a direitos são permanentemente ressignificadas (Grimson, 2004).

A análise dessa realidade demanda um olhar atento para a articulação entre diferentes marcadores sociais. A perspectiva da interseccionalidade contribui para compreender como fatores como deficiência, nacionalidade, língua, território e pertencimento cultural não atuam de forma isolada, mas se combinam na produção de experiências específicas de inclusão e exclusão (Collins & Bilge, 2021; Akotirene, 2022). Em contextos fronteiriços, essa abordagem permite evidenciar desafios que não podem ser explicados a partir de uma única dimensão identitária.

Para compreender esses desafios e as nuances da inclusão nesse contexto, é fundamental revisitar a compreensão sobre a deficiência, que passou por profundas transformações ao longo do tempo. Com os primórdios das pesquisas, iniciados no Reino Unido, nos anos 1970, a deficiência, segundo Diniz (2007), deixou de ser apenas uma manifestação de uma lesão que limita a participação social de um indivíduo. O autor descreve que a deficiência é um conceito intrincado que reconhece o corpo com danos, mas que também expõe a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência. Essa abordagem é a base para as políticas de inclusão, pois exige que o olhar esteja voltado para a transformação dos contextos, e não para a normalização dos corpos.

No campo da Educação Física, essa mudança de paradigma reflete-se na distinção entre os conceitos de Educação Física Adaptada e Inclusiva. Com base em Alves e Duarte (2014), a abordagem da Educação Física Adaptada, historicamente, surgiu com foco no desenvolvimento de atividades específicas para pessoas com deficiência, muitas vezes realizadas em ambientes segregados, a exemplo dos Jogos Paralímpicos. Em outra vertente, a Educação Física Inclusiva, perspectiva adotada neste trabalho, alinha-se ao modelo social. Nesse caso, ainda segundo os mesmos autores, o foco está voltado para uma abordagem pedagógica que busca garantir a

participação de todos os estudantes, juntos, na mesma aula e na mesma atividade, procurando sempre realizar a adaptação do ambiente, das regras e dos materiais, com foco na cooperação e não na competição.

A efetivação da inclusão está diretamente relacionada às condições institucionais, pedagógicas e formativas presentes nas redes de ensino. No Brasil, o marco legal que fundamenta a inclusão social, baseado em leis como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), ampara o direito à participação plena de todos, seja na escola, no trabalho ou no lazer, garantindo que todas as pessoas com deficiência possam interagir, aprender e contribuir em pé de igualdade com as demais.

Apesar do amparo legal que garante o direito à participação plena de todos, a materialização da inclusão no cotidiano escolar ainda enfrenta obstáculos estruturais e formativos. Obras recentes, como a organizada por Poker, Martins e Giroto (2021), colocam a formação docente como um ponto crítico para a garantia desses direitos. Segundo essa perspectiva, os desafios não se resumem apenas à falta de recursos, mas incidem sobre a concepção de que os professores precisam ser preparados para lidar com a diversidade. Ainda segundo os autores, a formação docente voltada para a inclusão deve estar em consonância com sua capacidade de adaptar o currículo e diversificar suas práticas, sempre priorizando o conhecimento científico para assegurar a participação ativa de todos os estudantes.

As barreiras à inclusão, já significativas em âmbito nacional, tornam-se ainda mais profundas em regiões de fronteira, onde são atravessadas por dinâmicas migratórias e pela diversidade linguística, cultural e religiosa. Nesse cenário, a intensa mobilidade de estudantes entre o Brasil e a Bolívia gera uma realidade intercultural complexa nas salas de aula, o que exige dos professores uma abordagem que transcende a dimensão pedagógica. Tal contexto torna a efetivação da educação inclusiva um desafio ainda mais profundo. Diante disso, torna-se relevante compreender como a educação inclusiva vem se configurando em um contexto fronteiriço marcado pela coexistência de diferentes identidades, trajetórias e experiências socioculturais.

A compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos educacionais complexos pressupõe, inicialmente, a caracterização das condições institucionais em que essas práticas se desenvolvem. Nesse sentido, a caracterização do cenário educacional constitui etapa fundamental para a compreensão dos desafios e das potencialidades da educação inclusiva em regiões de fronteira.

Assim, este estudo tem como objetivo caracterizar documentalmente o cenário da educação inclusiva em escolas urbanas de Corumbá-MS, considerando as especificidades da região de fronteira e suas interfaces com a Educação Física escolar. Para isso, apresenta-se o mapeamento das instituições selecionadas, a caracterização do contexto educacional investigado e a discussão de elementos que evidenciam a articulação entre deficiência, inclusão e dinâmicas fronteiriças.

Métodos

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória (Gil, 2008). Tal abordagem justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos sociais complexos e situados, como os que se manifestam no contexto escolar fronteiriço, considerando as condições institucionais, territoriais e educacionais que atravessam a organização da educação inclusiva em Corumbá/MS.

O presente artigo possui caráter documental e tem como propósito caracterizar o cenário da educação inclusiva em escolas urbanas de Corumbá/MS, a partir da sistematização de informações institucionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação. A etapa exploratória permitiu mapear as instituições escolares, organizar os dados referentes ao atendimento educacional inclusivo e identificar elementos relacionados às especificidades do contexto fronteiriço.

A pesquisa fundamenta-se na análise de dados documentais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá/MS (SEMED) no ano de 2024. Os registros consultados continham informações referentes à distribuição dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas da rede municipal urbana, bem como dados relacionados à localização das unidades escolares e à organização administrativa da rede de ensino. A análise desses documentos possibilitou o mapeamento das instituições com maior concentração de estudantes que atendiam aos critérios definidos para o estudo, subsidiando a caracterização do contexto educacional investigado.

A seleção das instituições escolares foi realizada com o objetivo de contemplar diferentes realidades educacionais presentes no município. Para tanto, adotou-se a divisão geográfica e administrativa utilizada pela Secretaria Municipal de Educação, que organiza a rede urbana em quatro regiões: Parte Alta, Parte Baixa, Centro e Divisa. Conforme informações do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI), essa regionalização orienta a distribuição de recursos e o acompanhamento das matrículas na rede municipal. Em cada região, foram consideradas para seleção as escolas que apresentavam maior concentração de estudantes com deficiência física e/ou sensorial e registros de estudantes em situação de pendularidade ou vinculados à dinâmica fronteiriça Brasil-Bolívia. Foram excluídas as instituições que, nos registros disponibilizados pela

SEMED em 2024, apresentavam número reduzido ou inexistente de estudantes que atendessem aos critérios definidos para o estudo.

Com base nos critérios estabelecidos, foram selecionadas quatro instituições escolares representativas das diferentes regiões administrativas do município: Escola Municipal Almirante Tamandaré (Parte Alta), Escola Municipal Luiz Feitosa (Parte Baixa), Escola Municipal Fernando de Barros (Centro) e Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida (Divisa). A Figura 1 apresenta a regionalização urbana adotada pela Secretaria Municipal de Educação, utilizada como referência para a seleção das instituições analisadas.

Os critérios de seleção das instituições foram definidos com base nos dados disponibilizados pela SEMED em 2024. Eventuais alterações observadas nos registros escolares posteriormente coletados não configuram inconsistências metodológicas, mas refletem características próprias da dinâmica fronteiriça. A intensa mobilidade populacional, os fluxos migratórios e a pendularidade entre Brasil e Bolívia podem ocasionar variações no perfil e na quantidade de matrículas ao longo dos anos letivos, produzindo alterações que constituem, por si mesmas, elementos relevantes para a compreensão do contexto educacional investigado.

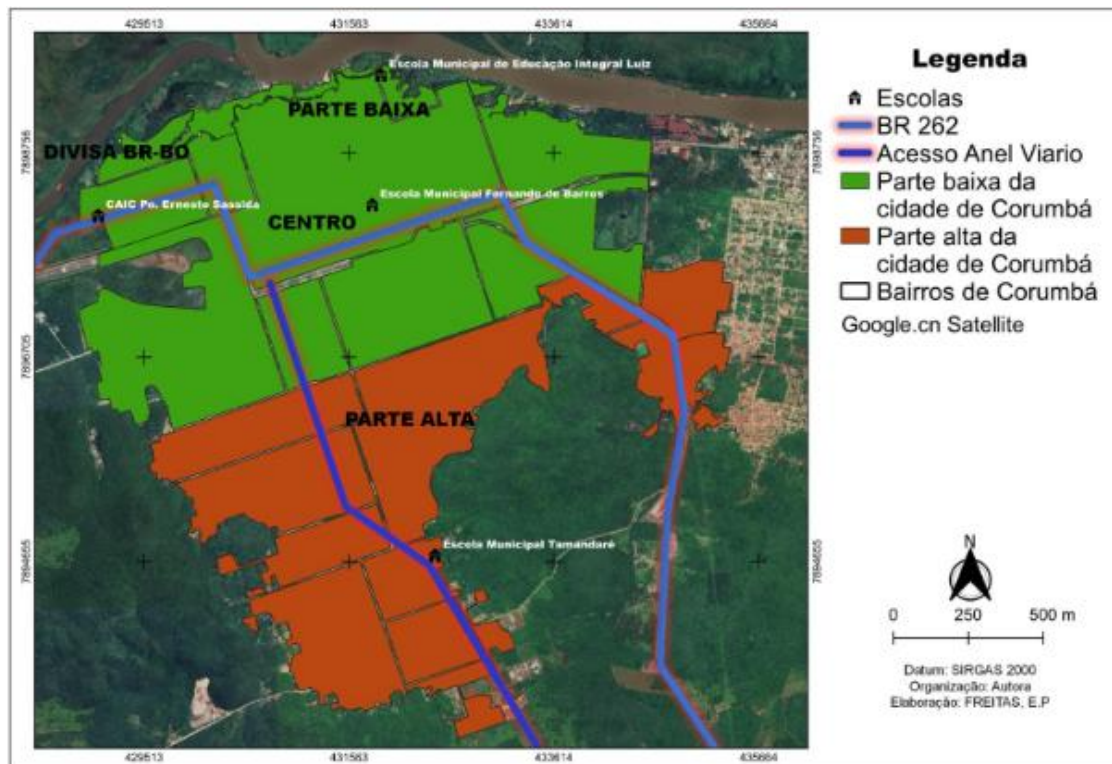


Figura 1. Adaptação da regionalização urbana da cidade de Corumbá/MS

Fonte: Freitas, E.P. (2024). Elaboração própria com base em dados da SEMED.

Destaca-se que o estudo possui caráter documental, envolvendo a organização, a sistematização e a análise das informações disponibilizadas pela SEMED, complementadas por visitas técnicas às instituições selecionadas para fins de reconhecimento e caracterização do campo investigado. Esses procedimentos possibilitaram a construção de um panorama sobre a educação inclusiva nas escolas urbanas de Corumbá/MS e sobre as especificidades relacionadas à condição fronteiriça.

O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob parecer nº 7.616.593, e observou os preceitos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Foram assegurados os princípios éticos relacionados à confidencialidade das informações, ao anonimato dos participantes e à utilização dos dados exclusivamente para fins científicos.

Resultados e discussões

A análise dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá/MS (SEMED) aponta um cenário expressivo de atendimento à Educação Especial na rede municipal. Os dados documentais referentes ao ano de 2024 indicavam que as escolas municipais atendiam 788 estudantes no âmbito da Educação Especial, com maior concentração na educação infantil (397), seguida pelo ensino fundamental I (186), ensino fundamental II (105) e educação de jovens e adultos, EJA (100). A atualização dos registros em 2025 apontou aumento desse quantitativo para 868 estudantes, evidenciando a ampliação da demanda por acompanhamento educacional inclusivo no município. Esse crescimento acentua a relevância da discussão sobre a efetividade das políticas de inclusão em contextos de fronteira, nos quais a mobilidade populacional, a pendularidade escolar e as dinâmicas socioculturais próprias da região impõem desafios adicionais à formalização, ao acompanhamento e ao planejamento das ações educacionais.

Contudo, é na articulação entre os dados da Educação Especial e as especificidades da região fronteiriça que emerge a "dupla complexidade" investigada neste estudo. A presença de estudantes em condição de pendularidade — que residem na Bolívia e frequentam escolas brasileiras (Pacola & Golin, 2023) — evidencia dinâmicas culturais, linguísticas e sociais que nem sempre são captadas pelos registros oficiais. Conforme apontam Pereira e Zamberlam (2018), estudantes inseridos em experiências educacionais transnacionais frequentemente permanecem pouco visíveis nos sistemas formais de informação. Essa realidade torna-se potencialmente mais complexa quando associada à deficiência, uma vez que diferentes marcadores sociais passam a atuar simultaneamente sobre a experiência escolar dos estudantes. Esse cenário evidencia limitações

institucionais na produção e sistematização dos registros referentes aos estudantes em contexto de fronteira. Além disso, parte da literatura sobre fronteiras destaca que as dinâmicas de mobilidade transfronteiriça podem dificultar a atualização e a completude desses registros, especialmente em regiões marcadas por intensa circulação populacional (Golin, 2017). Nessa perspectiva, a noção de interseccionalidade contribui para compreender como deficiência, nacionalidade, território e pertencimento cultural não operam de forma isolada, mas se articulam na produção de experiências específicas de inclusão e exclusão (Collins & Bilge, 2021; Akotirene, 2022).

A condição de invisibilidade estatística descrita por Baeninger (2021) ultrapassa os limites do registro administrativo e produz impactos concretos no planejamento educacional e na formulação de políticas públicas. Em contextos fronteiriços, a dificuldade de identificar formalmente estudantes em situação de pendularidade ou vinculados a experiências transnacionais pode dificultar o reconhecimento de demandas específicas e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas. Sob essa perspectiva, a região de fronteira caracteriza-se pela intensa circulação de pessoas, culturas e identidades, produzindo dinâmicas sociais que desafiam classificações rígidas e exigem respostas institucionais igualmente flexíveis. Quando associada à deficiência, essa realidade indica a sobreposição de diferentes marcadores sociais da diferença, reforçando a necessidade de abordagens educacionais sensíveis às múltiplas dimensões da inclusão.

No âmbito da Educação Física escolar, essa discussão torna-se particularmente relevante, uma vez que a participação dos estudantes depende não apenas da superação de barreiras relacionadas à deficiência, mas também do reconhecimento das especificidades socioculturais que atravessam suas trajetórias escolares (Souza & Daolio, 2010). Neste panorama, a Educação Física escolar amplia suas possibilidades pedagógicas ao constituir-se como um espaço potencial de convivência, reconhecimento das diferenças e construção de práticas inclusivas compatíveis com as especificidades do contexto fronteiriço.

O mapeamento das instituições evidenciou a heterogeneidade do cenário educacional investigado e revelou alterações relevantes entre os registros disponibilizados pela SEMED em 2024 e as informações verificadas durante as visitas técnicas realizadas em 2025. Essas variações não indicam inconsistências nos critérios de seleção adotados, mas refletem características próprias da dinâmica fronteiriça, marcada por mobilidade populacional, pendularidade e mudanças frequentes no perfil das matrículas escolares. Um exemplo dessa situação foi observado na Escola Municipal Almirante Tamandaré, que constava nos registros iniciais como instituição com estudantes enquadrados nos critérios da pesquisa, mas que, no momento da atualização das informações, já não apresentava estudantes com esse perfil.

Em contraste, a Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida apresentou características que evidenciam a articulação entre deficiência e dinâmica fronteiriça observada neste estudo. Conforme informações fornecidas pela equipe gestora durante as visitas técnicas, constatou-se que a instituição atendia dez estudantes com deficiência física e/ou sensorial. Entre eles, três estudantes, embora formalmente registrados com nacionalidade brasileira, manifestavam forte vinculação com a dinâmica sociocultural boliviana e utilizavam predominantemente o espanhol em seu cotidiano escolar, sublinhando o descompasso entre a identidade documental e a vivência cultural pragmática. Esse cenário evidencia limites dos registros formais para a compreensão das múltiplas experiências vivenciadas pelos estudantes da região e ilustra a complexidade de contextos educacionais marcados simultaneamente pela inclusão de estudantes com deficiência e pelas especificidades da vida fronteiriça.

As informações compartilhadas pelas equipes gestoras durante as visitas técnicas também evidenciaram dificuldades relacionadas à identificação formal da mobilidade estudantil característica da região fronteiriça. Segundo os relatos institucionais, estudantes que residem na Bolívia repetidamente realizam suas matrículas utilizando endereços localizados em território brasileiro, o que dificulta a identificação precisa de sua condição de pendularidade nos registros oficiais. Essa limitação documental ultrapassa uma questão meramente administrativa, pois interfere na produção de indicadores educacionais, no planejamento das ações escolares e na formulação de políticas públicas voltadas às especificidades da população fronteiriça. Essas situações ilustram os limites dos mecanismos formais de registro diante da complexidade das dinâmicas educacionais presentes na fronteira. Nesse sentido, a realidade observada reforça a compreensão da fronteira como espaço de intensa circulação, interação e negociação de pertencimentos, cujas dinâmicas nem sempre são plenamente captadas pelos mecanismos formais de registro (Sassen, 2016).

Os resultados evidenciam que a educação inclusiva em contexto fronteiriço envolve desafios que ultrapassam a dimensão da deficiência considerada isoladamente. A articulação entre deficiência, mobilidade territorial, pertencimento cultural e dinâmicas transnacionais produz experiências educacionais marcadas por múltiplas camadas de inclusão e exclusão. Assim, os dados analisados reforçam a pertinência de uma abordagem interseccional para a compreensão da realidade escolar na fronteira Brasil-Bolívia, uma vez que diferentes marcadores sociais se combinam na produção das trajetórias educacionais dos estudantes (Collins & Bilge, 2021; Akotirene, 2022). Os achados também dialogam com pesquisas recentes que destacam a necessidade de reconhecer as especificidades vivenciadas por estudantes migrantes e fronteiriços nos espaços escolares, incluindo as aulas de Educação Física, compreendidas como importantes

ambientes de interação social, pertencimento e participação (Mineiro, 2023; Moulaz, 2023; Felipe, 2023; Souza, 2025). Dessa forma, a caracterização do cenário investigado contribui para ampliar o debate sobre educação inclusiva em regiões de fronteira e para evidenciar a complexidade das demandas presentes nesses territórios.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo caracterizar documentalmente o cenário da educação inclusiva em escolas urbanas de Corumbá/MS, considerando as especificidades da região de fronteira e suas interfaces com a Educação Física escolar. A análise dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e das informações obtidas durante as visitas técnicas permitiu identificar um contexto marcado pela articulação entre inclusão, deficiência e dinâmicas fronteiriças, evidenciando a complexidade das experiências educacionais produzidas nesse território.

Um dos principais achados do estudo refere-se à existência de processos de invisibilidade estatística relacionados à dinâmica fronteiriça. Os dados analisados evidenciaram dificuldades na identificação formal de estudantes em situação de pendularidade, bem como limitações dos registros institucionais para representar adequadamente as múltiplas formas de pertencimento cultural presentes na região. Tal lacuna ultrapassa uma questão administrativa, produzindo impactos sobre a produção de indicadores educacionais, o planejamento das ações escolares e a formulação de políticas públicas voltadas às especificidades da população fronteiriça.

Os resultados também indicam que a compreensão da educação inclusiva em regiões de fronteira demanda abordagens capazes de considerar simultaneamente diferentes marcadores sociais que atravessam a experiência escolar dos estudantes. A articulação entre deficiência, mobilidade territorial, pertencimento cultural e experiências transnacionais reforça a pertinência da perspectiva interseccional para a análise dos processos de inclusão e exclusão observados no contexto investigado. Nesse contexto, a Educação Física escolar constitui um campo relevante para o aprofundamento de futuras investigações sobre participação, interação social e reconhecimento das diferenças em ambientes educacionais marcados pela diversidade.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de a análise estar fundamentada predominantemente em dados documentais e informações institucionais fornecidas pelas equipes gestoras, não contemplando diretamente as experiências e percepções dos estudantes, de seus familiares ou dos profissionais da educação. Apesar dessa limitação, os dados analisados permitiram caracterizar aspectos relevantes da organização da educação inclusiva em Corumbá/MS

e evidenciar elementos que frequentemente permanecem pouco visíveis nos registros oficiais, especialmente aqueles relacionados às especificidades da condição fronteiriça.

Ao evidenciar a articulação entre deficiência, mobilidade territorial e pertencimento cultural, o estudo contribui para ampliar o debate sobre educação inclusiva em regiões de fronteira, destacando a necessidade de políticas educacionais e estratégias institucionais sensíveis à complexidade desses contextos. Os resultados apresentados não esgotam a compreensão da temática, mas oferecem um panorama documental consistente acerca da educação inclusiva em contexto fronteiriço, constituindo subsídios para o aprofundamento de futuras investigações sobre a prática pedagógica da Educação Física escolar. Tais resultados podem fortalecer discussões voltadas à promoção de uma educação comprometida com o reconhecimento da diversidade e com a garantia do direito à participação de todos os estudantes.

Referências

- Akotirene, C. (2022). *Interseccionalidade*. Jandaíra.
- Alves, R., & Duarte, E. F. (2014). *Educação física adaptada e inclusiva: Desafios e perspectivas*. Phorte.
- Baeninger, R. (2021). Invisibilidade estatística e mobilidades humanas. In R. Baeninger et al. (Orgs.), *Migrações e direitos humanos: Desafios para políticas públicas*. Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal.
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. MEC/SEESP.
- Brasil. (2015, julho 7). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Diário Oficial da União.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.
- Felippe, I. M. (2023). *Corpos que se aproximam e se afastam: Interações entre crianças de origem imigrante e brasileira na escola* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Fonseca, M. P. S. da, & Ramos, M. (2017). Inclusão em movimento: Discutindo a diversidade nas aulas de educação física escolar. In J. A. F. Pontes Junior (Org.), *Conhecimentos do professor de educação física escolar* (pp. 184–208). EdUECE.
- Freitas, E. P. de. (2024). *Adaptação da regionalização urbana de Corumbá-MS* [Mapa]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Golin, C. H. (2017). *Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais* [Tese de doutorado, Universidade Católica de Brasília]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Católica de Brasília. <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3438>
- Grimson, A. (2004). *Fronteiras, cultura e política*. Editora UNESP.
- Jucá, L. G., Maldonado, D. T., & Fonseca, M. P. S. da. (2025). Por uma práxis político-pedagógica inclusiva e crítica na Educação Física Escolar. *Temas em Educação Física Escolar*, 10(1).
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Mineiro, M. C. (2023). *A educação física como ferramenta de inclusão de estudantes estrangeiros no ensino médio integrado do Instituto Federal de Roraima* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Roraima].
- Moulaz, J. M. (2023). *Alunos imigrantes nas aulas de Educação Física: Desafios e singularidades na prática pedagógica* [Dissertação de mestrado, Universidade Salgado de Oliveira].
- Nunes, M. L. F., & Rúbio, K. (2008). O(s) currículo(s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. *Currículo sem Fronteiras*, 8(2), 55–77.
- Pacola, G., & Golin, C. H. (2023). Políticas públicas de esporte escolar na fronteira Brasil-Bolívia: Percepções dos professores de educação física. *Movimento*, 29, e29055. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.119121>
- Pereira, P., & Zamberlam, C. (2018). Estudantes transnacionais e educação básica: Desafios para as escolas públicas em regiões de fronteira. *Educação em Questão*, 56(47), 142–168.
- Poker, G., Martins, A. D., & Giroto, C. R. (2021). *Formação de professores e inclusão escolar: Diálogos interseccionais*. UFMS.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra.
- Soares, C. L., Taffarel, C. N. Z., Varjal, E., Castellani Filho, L., Escobar, M. O., & Bracht, V. (2012). *Metodologia do ensino da educação física* (2ª ed.). Cortez.
- Souza, D. J. F. de. (2025). *Estudantes imigrantes e refugiados que frequentam a escola pública: Como a educação física colabora na inclusão escolar* [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Estadual Paulista].
- Souza, E., & Daolio, J. (2010). Corpos marcados, corpos treinados: Reflexões sobre a deficiência na aula de educação física. *Movimento*, 16(2), 11–29.